



Desdobramentos da Teoria Ator-Rede e a Gestão de Controvérsias na Cidade: O Fórum Popular do Distrito do Pântano do Sul enquanto Fórum Híbrido no debate da controvérsia da Verticalização no Plano Diretor de Florianópolis-SC

Developments in Actor-Network Theory and Controversy Management in the City: The Popular Forum of the Pântano do Sul District as a Hybrid Forum in the Debate on the Verticalization Controversy in the Florianópolis Master Plan - SC

Desdoblamiento de la Teoría del Actor-Red y la Gestión de Controversias en la Ciudad: El Foro Popular del Distrito de Pântano do Sul como Foro Híbrido en el debate de la controversia de la Verticalización en el Plan Director de Florianópolis-SC

Grupo temático GT11 – Relações socioestatais e construções democráticas da ação pública: experiências e desafios de pesquisadores e práticos no campo

Gabriela Ferreira Pedrozo, Mestranda no Programa de Pós-Graduação Acadêmico em Administração da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)

Izis de Souza Pereira, Mestranda no Programa de Pós-Graduação Acadêmico em Administração da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)

Daniel Moraes Pinheiro, Doutor e Professor no Programa de Pós-Graduação Acadêmico em Administração da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)

RESUMO

Este artigo propõe uma discussão teórico-analítica, em diálogo com a teoria ator-rede, a qual perpassa conceitos como “controvérsias”, “democracia técnica” e “fóruns híbridos”, presentes na abordagem teórica de Bruno Latour na sociologia pragmatista. Para tanto, avalia o grau de democracia técnica do Fórum Popular do Distrito do Pântano do Sul, em Florianópolis-Santa Catarina, em torno da controvérsia da Verticalização que permeia o Plano Diretor da cidade desde suas origens. Caracteriza-se a pesquisa de abordagem qualitativa enquanto estudo de caso com observação-participante dos autores e busca documental exploratória. Assim, as conclusões nos levam a avançar na compreensão dos fóruns populares enquanto fóruns híbridos e espaços de deliberações e participação ativa no debate e formulação das políticas públicas locais que impactam o território coviviado, captando a indissociabilidade das ações desses atores-chave na tomada de decisões públicas.

Palavras-chave: Teoria ator-rede (TAR). Fóruns híbridos. Plano Diretor. Verticalização.

ABSTRACT

This article proposes a theoretical-analytical discussion in dialogue with Actor-Network Theory (ANT), encompassing concepts such as "controversies", "technical democracy", and "hybrid forums", which are central to Bruno Latour's theoretical approach within pragmatist sociology. To this end, it evaluates the degree of technical democracy of the Popular Forum of the Pântano do Sul District in Florianópolis, Santa Catarina, regarding the controversy of Verticalization that has permeated the city's Master Plan since its inception. The research adopts a qualitative approach, employing a case study methodology through participant observation by the authors and exploratory documentary research. Consequently, the findings advance the understanding of popular forums as hybrid forums and spaces for deliberation and active participation in the debate and



formulation of local public policies that impact the co-experienced territory, capturing the indissociability of the actions of these key actors in public decision-making.

Keywords: Actor-Network Theory (ANT). Hybrid Forums. Master Plan. Verticalization.

RESUMEN

Este artículo propone una discusión teórico-analítica en diálogo con la teoría del actor-red (TAR), la cual abarca conceptos como “controversias”, “democracia técnica” y “foros híbridos”, presentes en el enfoque teórico de Bruno Latour en la sociología pragmatista. Para ello, evalúa el grado de democracia técnica del Foro Popular del Distrito de Pântano do Sul, en Florianópolis-Santa Catarina, en torno a la controversia de la Verticalización que impregna el Plan Director de la ciudad desde sus orígenes. La investigación se caracteriza por un enfoque cualitativo como estudio de caso, con observación participante de los autores y búsqueda documental exploratoria. Así, las conclusiones permiten avanzar en la comprensión de los foros populares como foros híbridos y espacios de deliberación y participación activa en el debate y formulación de políticas públicas locales que impactan el territorio co-vivido, captando la indisociabilidad de las acciones de estos actores clave en la toma de decisiones públicas

Palabras clave: Teoría del actor-red (TAR). Foros híbridos. Plan Director. Verticalización.

1. Introdução

O A cidade de Florianópolis é dividida em cinco regiões: Norte, Sul, Leste, Central e Continental, segundo levantamento do Instituto de planejamento urbano de Florianópolis (IPUF) e da Prefeitura Municipal de Florianópolis (Florianópolis, 2018). A Região Sul é composta por três Distritos, sendo um deles o Distrito do Pântano do Sul, o qual apresenta onze bairros no total: Lagoa do Peri, Restinga do Peri, Armação, Sertão do Peri, Pântano do Sul, Matadeiro, Ponta do Facão, Lagoinha do Leste, Açores, Rio das Pacas e Saco da Baleia.

Neste cenário, o Fórum Popular do Distrito do Pântano do Sul (FPDPS) nasceu em 2023, em oposição ao que foi proposto ao seu Distrito pelo Plano Diretor (PD) do Município. A resistência popular a essa política pública ocorre por questões históricas de sua criação, bem como pelos instrumentos propostos visando o planejamento urbano e sua relação com as peculiaridades da comunidade.

No livro “Confrontos na Cidade: luta pelo plano diretor nos 20 anos do Estatuto da Cidade”, Analúcia Hartmann, procuradora no Ministério Público Federal (MPF) durante o processo de elaboração do Plano Diretor, faz uma recapitulação dos entraves históricos que marcaram sua construção. Destacando que, embora o Estatuto da Cidade previsse ampla participação social, o processo em Florianópolis foi marcado por sucessivas interrupções, disputas políticas e tentativas de limitar a influência das comunidades locais na construção da normativa.

Ainda nesta vertente, faz-se pertinente analisar o caso das Áreas de Desenvolvimento Incentivado (ADI), as quais representam uma adaptação das Operações Urbanas Consorciadas (OUC) – instrumento urbanístico previsto no Estatuto da Cidade que permite flexibilizar parâmetros construtivos, como o número de pavimentos, mediante contrapartidas financeiras do setor privado, estas que deveriam ser destinadas à realização de melhorias urbanas estruturais.

Diferentemente das OUCs, as ADIs têm suas regras e incentivos fiscais estabelecidos por Lei específica, sem exigência de participação social ou de contrapartidas finalísticas previamente acordadas, de modo que “as OUCs, que deveriam estimular o desenvolvimento das áreas com participação da população conforme disposto no Estatuto da Cidade, perdem todas as possibilidades de utilização, transparência e participação no Plano Diretor de Florianópolis” (Peres, 2022, p. 149).

Diante de dessas questões, o FPDPS criou a carta “Porque não queremos esse Plano Diretor (Lei Complementar nº 739/2023)”, criada conjuntamente nas reuniões públicas quinzenais e entregue a praticamente todos os vereadores da cidade. Tendo, portanto, o intuito de conscientizar os atores políticos sobre questões problemáticas do distrito, as que de fato afetam a qualidade de vida dos moradores e precisam ser sanadas diante de um cenário de aumento populacional proposto pelo PD, como também por questões ambientais sensíveis do Distrito.

Em 2025, diante da divulgação de construção de um empreendimento de sete pavimentos no bairro da Armação, resultado da ADI no Distrito, o FPDPS mobilizou-se através de reuniões abertas com a comunidade, abaixo-assinado e manifestação no dia 07 de junho de 2025 (Geleilete, 2025). Posteriormente, inflamado pela ação popular bem-sucedida do Fórum, outros movimentos se uniram contra a temática da Verticalização, resultando na manifestação “Verticalização Não!” localizada no Campeche.

Atualmente, o movimento “Verticalização Não!” é composto por diferentes atores sociais na luta por uma voz ativa na resolução de controvérsias pertencentes ao espaço público que coabitam, divulgando a causa e participando de reuniões, direta ou indiretamente: Associação de Moradores e Empreendedores do Rio Tavares (AMORITA), Associação Moradores do Campeche (AMOCAM), o próprio FPDPS, influenciadores e políticos de carreira. O primeiro ato desse novo movimento, de maneira unificada, ocorreu dia 30 de novembro de 2025.

Desse modo, ao avaliarmos a atuação do Fórum Popular em um contexto de efetivação da democracia técnica, identificando as deliberações e análises ocorridas em meio à seara da Verticalização proposta nos debates de regulação do espaço público, o presente estudo se ancora na Teoria Ator-Rede (TAR) e seus desdobramentos mais recentes, conhecidos sob a rubrica “TAR e depois”.

Essa perspectiva teórico-metodológica, desenvolvida desde a década de 1980 por autores como Bruno Latour, Michel Callon e John Law, busca redescobrir novas instituições, procedimentos e conceitos capazes de coletar e reagrupar o social, essencial para a investigação de fenômenos sociotécnicos complexos, como os Fóruns Populares.

A escolha da TAR se justifica por sua proposta de redefinir a sociologia a partir de uma sociologia das associações, propondo que a ordem social seja vista como um processo dinâmico e aberto, plural, e não como um sistema estável e centralizado.

Bruno Latour, em 2012, no ensaio “Reagregando o social”, estruturou a TAR propondo seguir o que é feito com aquilo que um ator diz ou faz, registrando os padrões de vínculo e as estratégias de ação estabelecidas. A TAR é, essencialmente, uma epistemologia que define o social não por categorias preexistentes, mas sim pelo movimento contínuo de associações entre elementos heterogêneos. O social é, portanto, compreendido em termos de rede, ou ator-rede, envolvendo uma pluralidade de elementos humanos e não humanos.

Para Callon, Lascoumes e Barthe (2001), as experimentações nos fóruns híbridos se articulam frequentemente com empreendimentos associativos e restituem aos cidadãos uma parte de deliberação que até então era reservada aos eleitos e aos *experts*.

Numa perspectiva da TAR, é possível analisar o emaranhado de atores humanos e não-humanos que formulam a problemática abordada pelo FPDPS. Partindo desse conceito, o presente artigo pretende desenvolver e analisar a organização popular através de uma visão epistemológica derivada de Latour, focando em verificar se sua atuação se enquadra como um fórum híbrido, bem como, analisar processualmente a controvérsia da Verticalização debatida pelo Fórum.

2. Fundamentos Epistemológicos e Metodológicos da Teoria Ator-Rede e seus desdobramentos

O pilar epistemológico da TAR é o princípio da simetria generalizada. Este princípio nos pede para superarmos a separação clássica reducionista entre “sociedade” e “natureza”, afinal o pesquisador deve analisar a realidade exterior e a totalidade de uma sociedade explicando-os pelos mesmos termos e com igual simetria entre os elementos humanos e os não-humanos.

Aqui, o conceito de ator social é ampliado: é qualquer entidade que, ao conseguir agir, deixa um traço e induz outra entidade a realizar alguma ação em uma rede de relações heterogêneas. O papel do pesquisador, portanto, é identificar quais não-humanos são mobilizados como mediadores, e quais humanos atuam como tradutores ou porta-vozes, conseguindo mobilizar e representar a agência desses não-humanos.

Na Sociologia Pragmática, Chateauraynaud (2017) nos fala ainda para acompanharmos como se elaboram tais associações, as transformações nos jogos dos atores e argumentos utilizados, estudando suas atividades, instrumentos e valores desenvolvidos em suas arenas. Trata-se, segundo Chateauraynaud, de seguir as transformações no repertório argumentativo dos indivíduos associados, repertório cujos elementos variam nos contextos e arenas mais diversos.

Entretanto, segundo Pedro Demo ao discutir a TAR, a abordagem de adoção da TAR exige uma “desestruturação metodológica e epistemológica”. Em vez de aplicar categorias sociais pré-estabelecidas, a metodologia que Latour estrutura propõe que a análise parta da ação presente, da incerteza da disputa.

Para Cefai (2009), um procedimento pragmatista acompanha as “experiências” e as “perspectivas” dos atores, de modo a apreender as redes e as organizações como contextos de experiência e de ação se realizando. Ao



ARTIGO

pensarmos nessas organizações como reagrupamentos de atores em torno de situações problemáticas a serem resolvidas, com circulação de informações, repartição de poderes e divisão de tarefas, cooperação, distribuição de direitos e concentração de decisões, Cefai (2009) nos afirma que o desafio permeia a apreensão e descrição da mutação das experiências coletivas e dos meios institucionais que se realizam nesses espaços de coexistência e coconstrução.

Nesta teoria sociológica pragmatista, a sociedade é vista como uma composição de atores e das relações estabelecidas. Isso significa que um ator é qualquer entidade que possa ser vinculada a outra por meio de um relacionamento: pessoas, objetos, ideias, tecnologias, leis, algoritmos, documentos e recursos.

As políticas públicas, por exemplo, são concebidas como um "emaranhado de redes", um híbrido que mesclaria tanto elementos não-humanos, como dados estatísticos, recursos materiais e documentos legais, elementos humanos tais como agentes políticos, grupos de interesse, cientistas e burocratas.

Diani (1992, p.13) constata que as organizações têm cada vez mais o estatuto de nós pertencentes a redes de interações informais entre uma pluralidade de indivíduos, grupos ou associações, envolvidos em um conflito cultural ou político, e partilhando uma identidade coletiva.

Nessa epistemologia, o pesquisador é convidado a se posicionar no "ponto médio" para rastrear as tramas onde quer que elas levem, sem pré-selecionar categorias de análises puras. A realidade social é vista como coconstruída pela constante interação entre o humano e o não-humano. Devemos, portanto, seguir o fenômeno latente em construção.

Na rede, os grupos são constantemente feitos e refeitos, intrinsecamente instáveis e provisórios. Cada nó representa conexões com outros, em uma perspectiva relacional e não apenas unidirecional, com uma pluralidade de possibilidades de conexões. O destaque reside justamente na sua capacidade ininterrupta de transformação e no estabelecimento de novas alianças com diversos atores.

Por isso, o pesquisador observador e participante deve evitar conclusões precipitadas que possam estabilizar a multiplicidade de associações possíveis.

Latour propõe que, ao fazer ciência, o pesquisador deve seguir as coisas através das redes em que elas se transportam e descrevê-las em seus enredos, ou seja, seguir o que é feito e dito por um ator social, registrando os padrões de vínculo estabelecidos em relação àquela controvérsia-tema, por meio das conexões criadas em seu desenrolar.

O trabalho do pesquisador por vezes é comparado ao do etnógrafo na cartografia, porém agora uma cartografia de controvérsias a qual registra o movimento dos atores de forma provisória e dinâmica.

A ênfase se dá na rastreabilidade das tramas, onde não há ator sem rede. Afinal, a TAR é conhecida como uma sociologia da translação, priorizando os fluxos que movimentam a ação e modificam o estado e o futuro das controvérsias e arenas públicas. As controvérsias, por sua vez, emergem quando ideias tidas como certas são questionadas e discutidas, tornando o *status-quo* cada vez mais complexo.

Em regimes democráticos, elas são vistas como momentos de "proliferação do social" e nunca são neutras. Afinal, ao redefinirmos o social como associação e em termos de rede, buscamos acessar uma realidade sócio-histórica mais profunda, um processo de conflito, tentando compreender e resgatar o comportamento coletivo em associação com suas relações de poder, de posições institucionais ou de redes sociais que são difíceis de captar, mas possíveis. Por isso uma "Sociologia das Associações" (Latour, 2012).

A TAR pode então ser compreendida como um processo dinâmico de fluxos distribuídos na rede, quando interesses e possibilidades convergem, atores negociam, se alteram e demarcam novos focos, buscando a conquista ou mudança de algo.

As situações cotidianas se desenvolvem de modo conectado e interacionista entre os elementos atuantes na arena pública, e torna-se dever do pesquisador seguir tais atores para identificar a maneira pelo qual constroem e explicam o mundo (Callon, 1986, p.4).

Segundo Latour (1999, p.19) "os atores sabem o que fazem e nós temos que aprender com eles não apenas o que fazem, mas como e por que fazem determinadas coisas".

De modo a refletir sobre esse fenômeno complexo pela lente teórica da Teoria Ator-Rede, uma nova abordagem desponta do livro "Acting in an uncertain world", proposta por Michel Callon, Pierre Lascoumes e Yannick Barthe, como desdobramento e aplicação prática que se volta a uma democracia técnica e participativa em contraponto à democracia estritamente representativa.

Nessa obra, os autores desenvolvem o conceito de "fóruns híbridos" como espaços de discussão e negociação entre atores sociais heterogêneos, baseados em controvérsias que envolvem problemas públicos e incertezas. Com o intuito de formular e deliberar sobre normas técnicas e sociais por meio do diálogo e troca de



conhecimentos, objetivando alcançar maior entendimento da controvérsia em questão, tais associações buscam indicar recomendações a respeito de ações públicas em voga e decisões a serem negociadas e debatidas (Callon et al., 2009).

Ao reconhecermos que vivemos em um mundo improvável, com profundas mudanças políticas e sociais, a “TAR e Depois” desponta com conceitos como a gestão das controvérsias nas tomadas de decisões através de fóruns híbridos, de modo a reconhecer as margens de manobra e a infinidade de participantes e seus pontos de vista na construção da ação que visa mudança, porém de forma capacitada e democratizada (Braga & Suarez, p. 222, 2018). Para que se negocie soluções conjuntas e debates verdadeiramente públicos, a “TAR e Depois” surge como métrica de análise do processo de construção pretendido.

2.1. A Análise de Controvérsias

O conceito de controvérsia é um operador analítico potente para a TAR, que se debruça sobre as complexidades da vida coletiva contemporânea. Para Lemieux (2007), uma controvérsia é a capacidade de uma comunidade de pares resolver uma demanda segundo seus próprios protocolos, elas são mais propensas a serem resolvidas quando reconhecidas, normalizadas e integradas institucionalmente pela comunidade que constantemente se renova e dá respostas a ela.

O dissenso entre atores leva a novos objetos de análise e questionamentos. Controvérsias podem ser consideradas intermináveis e, por isso, devem ser trabalhadas em coletivo, de modo que a pluralidade de pontos de vista renove a discussão e tomada de decisão.

Chateauraynaud (2017) elucida a análise das controvérsias a partir de uma sociologia que não decide sobre bons procedimentos do debate, mas sim fornece instrumentos de análise para observar como nascem, evoluem, permanecem ou desaparecem os argumentos nos espaços públicos de articulação.

Ao nos introduzir à uma sociologia do meio ambiente, em que não visa erradicar conflitos, de modo que estes são vistos como formas de explicitar pontos de desacordo e engajar um trabalho político, nos permite alcançar e descobrir as formas e modalidades de expressão desses atores em meio a disputa, mediante a relação entre a controvérsia que desponta como problema público (conforme uma visão deweyana), sua regulação e a disputa gerada em uma sociologia do conflito e da ação coletiva.

O cientista social, portanto, pode abordar o estudo de uma controvérsia por duas óticas:

- Abordagem Clássica: O conflito é usado como um revelador para acessar uma realidade sócio-histórica, reconstruindo uma mudança social a partir da análise das relações de poder, mobilização de recursos ou posições institucionais ou sociais pré-existentes.
- Sociologia das Provas: Aqui, as controvérsias são vistas como ações coletivas que conduzem a uma transformação do mundo social. O pesquisador que adota esta ótica enfatiza a dimensão instituidora dos conflitos, preocupando-se menos com uma estrutura pré-existente vista como causa, do que com o modo com que o processo de disputa é produzido e o que ele faz aos atores e instituições.

A TAR adota a perspectiva instituidora. A controvérsia é um momento de prova, onde os indivíduos alteram e reformulam a ordem social que os enlaça. O foco recai sobre a atualidade e a incerteza constitutiva do processo de disputa. Controvérsias são definidas como uma expressão de confronto entre diferentes racionalidades e realidades sobre um mesmo problema. Para Latour, elas são situações em que as alianças e oposições se transformam constantemente.

Para que a análise de controvérsias não caia no erro de impor causalidade nos fatores observados, que nos traz estruturas sociais herdadas do passado, e para evitar o relativismo da análise, o pesquisador deve recorrer ao princípio de simetria, de modo a tratar igualmente os pontos de vista de todos os atores que se manifestam, mesmo que hajam assimetrias de poder. Que tentemos então observar e registrar o combate técnico que ocorre sem priorizar lados e assim captar as micro e macro dimensões do debate e ação pública. Afinal, Latour nos orienta a “apenas observar as controvérsias e descrever o que se vê”.

É preciso, desse modo, descrever o que é visto e captado. De forma cuidadosa, não tornar personalíssimo e eliminar pontos de vistas de atores que não corroboram com os próprios, mas sim compreender o papel de cada elemento humano e não-humano no meio social instituído, a forma com que os respectivos pares resolvem o litígio segundo seus protocolos e recursos. Como também o modo com que adversários limitam a capacidade de argumentação e atuação livre e racional dos demais na arena pública através das relações de poder, argumentos de autoridade e intimidações que se constituem (Cantu, 2017).



Compreender a controvérsia não enquanto resultado irrefutável de uma dinâmica, mas, ao contrário, uma performance coletiva que é defendida, transmitida, dominada ou silenciada, pede-nos a examiná-la com um olhar atento ao processual e seu resultante provisório. Para Badouard e Mabi (2015, p. 11), “uma controvérsia significa a expressão de contestação, de uma confrontação entre diferentes racionalidades e concepções de um mesmo problema e do mundo social no qual ela se desenrola”.

O que buscamos compreender é a rede viva que se dá por meio da ação pública de atores heterogêneos em volta da temática discutida, enquanto Lemieux (2007) nos avisa a jamais superestimar a irreversibilidade de controvérsias passadas, pois haverá sempre uma nova objeção com diferentes acordos processuais que renovam tal dissenso, deslocando-o coletivamente para novos objetos de questionamentos.

2.1.1. A Cartografia de Controvérsias como Método

A Cartografia de Controvérsias, iniciada por Bruno Latour, serve como uma versão aplicável da TAR, destinada a explorar e representar questões sociotécnicas modernas, instruindo-nos a não nos limitarmos a uma metodologia específica, utilizando as ferramentas de observação disponíveis, mas buscando objetividade em multiplicar e captar os pontos de vista observados, reconhecendo que nunca será imparcial, não haverá separação rígida entre sujeito pesquisador e objeto de estudo. O que também não significa pessoalizar o trabalho.

Ela visa respeitar a complexidade não reduzida do presente debate, mas também torná-lo legível e compreensível para um público mais amplo, lidando com a tensão entre simplicidade e profundidade. A exploração e visualização da controvérsia nas dinâmicas processuais, e não a sua resolução, é o objetivo principal do estudo.

A construção de um “atlas de controvérsias” articula as dimensões micro e macro do fenômeno, buscando as associações entre os atores para que desmembre a riqueza dos pontos de vista da controvérsia em questão e reconstrua as representações descobertas. Por isso, o cartógrafo social deve se manter aberto à ambiguidade de sua pesquisa, já que esta conversa diretamente com o dissenso dos elementos-alvo atuantes, direcionando ao maior número de pontos de vista passíveis de serem acompanhados.

Deve-se, portanto, entrar nos espaços e observar, aproximando-se do assunto, e, após isso, compor os elementos identificados no processo através de uma cadeia de representações reconectadas.

2.2. A Emergência da Democracia Técnica

Os desdobramentos da TAR, em especial a percepção de que as incertezas científicas emergem das mudanças políticas, culminaram na proposta de uma democracia técnica, apresentada por Michel Callon, Pierre Lascoumes e Yannick Barthe (2009). Ela surge como um método de ação em um mundo incerto, definida pela consciência de que “sabemos que não sabemos, mas isso é quase tudo o que sabemos” (Callon et al., 2009).

Em situações de incerteza, a ciência demonstra uma incapacidade de listar e descrever cenários diversos com atores intrincados com precisão, tratando-os de maneira reducionista. Não há conhecimento efetivo de todas as opções e elementos atuantes, e a constituição de cenários reside em uma ignorância simplista para temáticas complexas.

Frente a isso, decisões na arena pública ainda necessitam ser tomadas, questões anteriormente vistas como resolvidas retornam justamente pelas soluções ineficazes dadas no passado, com ainda mais multiplicidade de opiniões imprecisas referentes a disputas e dissensos antigos.

Por isso, Callon, Lascoumes e Barthe (2009) nos exigem o reconhecimento de um mundo incerto, plural e improvável no tratamento das controvérsias e nas tomadas de decisões a serem efetuadas, de maneira que ouçam e articulem conjuntamente os elementos participantes e favoreçam o aprimoramento da democracia representativa, mas tornando-a técnica e dialógica.

A democracia técnica surge então como um caminho que absorve as controvérsias geradas pelas incertezas, reconhece e viabiliza a colaboração efetiva e contínua entre leigos e especialistas diversos.

Esta nova forma de governança exige uma abordagem aberta e consciente de que optar por democratizar o debate, ao invés de recorrer a silenciamentos ou respostas autoritárias, demanda tempo. Em face da complexidade e dubiez do debate, a escolha inicial se torna a “decisão de não decidir, para ter tempo de explorar as opções possíveis” (Callon et al., 2009).

Não se trata de meramente negociar, mas de estabelecer limites, pontes e procedimentos de controle para a gestão das contradições em diferentes ângulos.

2.3. Fóruns Híbridos: A estrutura possível para a deliberação democrática



ARTIGO

Os fóruns híbridos são o dispositivo institucional proposto para operacionalizar a democracia técnica, atuando como espaços de discussão e negociação baseados em controvérsias que envolvem incertezas no discurso. Sua constituição ocorre após a percepção da necessidade de visualizar e alcançar a pluralização no debate e o consequente agrupamento por pares.

Estes espaços são chamados de "fóruns" por serem abertos, permitindo que grupos se reúnam para discutir soluções técnicas relacionadas à coletividade. São "híbridos" pela sua composição heterogênea de grupo e porta-vozes, com especialistas, políticos, técnicos e leigos. Além de demandar uma avaliação multidisciplinar dos problemas públicos, integrando diversos campos de conhecimento (Vaquero e Birochi, 2025).

Os fóruns visam promover a troca de saberes, práticos e intelectuais, objetivando um amplo entendimento do científico, social e cultural que engloba as controvérsias, possibilitando soluções e meios de ação negociados.

Vaquero e Birochi (2025) nos trazem a ideia de produzir um mundo comum ou conhecido por aqueles que o compõem e habitam, sendo esta a razão para a existência de procedimentos deliberativos: a busca contínua por um mundo comum. Callon et al. (2009) complementam ao afirmar que, para que o fórum funcione e as vozes fracas sejam fortalecidas, ele deve ser um espaço público equipado, organizado, estruturado e modelado para permitir a implementação de procedimentos dialógicos.

Callon, Lascoumes e Barthe (2009) sugeriram então, determinados critérios a serem verificados na análise da constituição de espaços deliberativos enquanto Fórum Híbrido segundo a TAR, de modo a compreender se de fato cumprem seu propósito de democratização do debate público na comunidade em que estão inseridos. Vaquero e Birochi (2025) aplicaram-os, dividindo em dois conjuntos, um referente ao nível de diálogo, se forte ou fraco, e outro que diz respeito à implementação do fórum, sendo alto ou fraco.

Os critérios abaixo foram relacionados ao nível de diálogo que ocorre no interior do Fórum Híbrido:

- **Intensidade:** Verifica se os procedimentos permitem colaboração entre não-especialistas e especialistas na produção de conhecimento e na exploração de "mundos possíveis".
- **Abertura:** Avalia a diversidade, o incentivo a que novos grupos expressem seus pontos de vista e negociem, se é permitido a redefinição de identidades emergentes ao invés de manter um único porta-voz. Quanto maior a diversidade e empoderamento, mais significativo o debate.
- **Qualidade:** Analisa a qualidade das discussões, verificando se os protagonistas são capazes de inserir argumentos precisos, responder a objeções com relevância, e se as intervenções são duradouras.

Enquanto estes, associaram às características de implementação:

- **Recursos e Treinamento:** Garante que recursos, além de treinamento, estejam disponíveis para preparar as vozes menos favorecidas para serem influentes, facilitando a entrada e permanência de atores excluídos. Caso contrário, o debate se restringe aos que já detêm o monopólio da fala.
- **Transparência:** Aplica-se à maneira como o espaço público do Fórum é estruturado e se há transparência nos debates, permitindo o acompanhamento e o mapeamento das posições e decisões tomadas, além do compartilhamento e publicização das informações a todos.
- **Clareza:** Ligado ao compromisso entre as partes referente a capacidade de debate, fala e escuta, quanto ao respeito às decisões acordadas para evitar manipulações. Relaciona-se com a capacidade dialógica dos envolvidos de acordo com as regras processuais de conduta.

Na TAR, Callon et al. (2009) posicionam-se quanto a efetividade de qualquer método deliberativo encontrar-se diretamente ligada à capacidade de integração de suas ações de intervenção frente à tomada de decisões políticas. Se os debates abertos e inclusivos forem ignorados pelos tomadores de decisão, perde-se a razão instituidora e finalística dos espaços deliberativos. Já que, a democracia técnica de modo dialógico, deve se empenhar no fortalecimento dos fracos em um espaço de diálogo público para que de fato sua voz, saberes e visões sejam contemplados nos acordos sociopolíticos.

Em "Reagregando o Social", Latour (2012) introduz a TAR com foco na dimensão relacional de microelementos articulados e fluxos associativos que se cruzam construindo a realidade comum. Tais micro associações articulam-se em coletivos denominados Fóruns Híbridos. Cabe, portanto, ao pesquisador seguir os processos que atravessam as dinâmicas efetuadas analisando se os procedimentos adotados fazem jus à democracia



ARTIGO

participativa, com uma visão multiangular do debate sobre a adequação dos procedimentos de formulação da política pública à complexidade da controvérsia em questão.

Apenas localizando todos os movimentos, passagens, transformações e mudanças é possível alcançar como os atores alinham o social (Latour, 2010, p. 85). E este, por sua vez, retorna à rastreabilidade ao percebermos os movimentos do local ao global, entre os espaços e em determinado tempo, apreendendo as conexões entre os pontos pertencentes à rede de associações.

Ao entendermos ciência como um conceito aberto, dinâmico e coconstruído, suas controvérsias científicas que afetam a arena pública poderão ser trabalhadas e reapresentadas de forma compreensível para os cidadãos interessados, trazendo-os para a arena política de diálogo. Quando os especialistas falham em fornecer consensos, resta-nos apenas verificar se as instâncias e espaços já criados para deliberação coletiva de fato corroboram com a ideia de representação e participação política nas disputas coletivas.

3. Notas Metodológicas

Fez-se, desse modo, pesquisa de abordagem qualitativa, com estratégia definida como estudo de caso único em que, inicialmente, realizou-se uma busca documental exploratória e teórica com os principais temas abordados na epistemologia dominante, basilares para a pesquisa. Ademais, os principais instrumentos de coleta e análise de dados basearam-se nos procedimentos de observação-participante dos pesquisadores, em que uma delas compunha o próprio Fórum Popular do Distrito do Pântano do Sul, sistematizando as informações extraídas e analisando-as *a posteriori* através do levantamento e análise de documentos feitos primariamente, conjugando com uma postura de reflexividade simétrica das autoras em relação ao fenômeno complexo estudado.

O acesso à organização foi viabilizado através da experiência de uma das autoras enquanto observadora-participante do FPDPS. A partir da vivência com a associação, desde julho de 2023, tornou-se possível fazer a coleta de material para a referida análise. Ainda, através da ponderação conjunta, possibilitou-se captar a relação do FPDPS com a controvérsia da verticalização em sua comunidade e a posição desse ator social enquanto Fórum Híbrido na perspectiva de uma Democracia Técnica.

Conforme abordado ao longo do artigo, o fórum possui uma estrutura de atuação descentralizada em seus processos desenvolvidos, no principal meio de comunicação dos membros constam o total de cento e setenta participantes. Este é o caso da produção da carta “Porque não queremos esse Plano Diretor (Lei Complementar nº 739 de 2023)”, mobilizando e permanecendo aberto a inclusão de diferentes atores em torno de problemática que afeta uma multiplicidade de cidadãos pelo alcance de uma normativa de âmbito municipal. Sendo, nesse viés, um contrassenso restringir o acesso à fala e possibilidade de decisão à atores delimitados em seu capital político.

Diante destas questões, esta pesquisa pretende analisar a controvérsia da Verticalização deliberada e trabalhada pelo Fórum Popular enquanto possível estruturação como Fórum Híbrido à luz da “TAR e Depois”.

4. A controvérsia da Verticalização no Plano Diretor do município de Florianópolis

O arcabouço normativo que rege o planejamento urbano brasileiro, solidificado pelo Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257 de 2001), estabeleceu uma nova ordem jurídico-urbanística a qual visa a regulação das questões de urbanização em que o instrumento mais significativo para a regulamentação do espaço público é o Plano Diretor. Sua revisão decenal é compulsória para cidades com mais de vinte mil habitantes, passando a incorporar a participação popular como metodologia basilar.

A trajetória do planejamento em Florianópolis, contudo, é anterior a este marco. Até a década de 1950, a capital catarinense caracterizava-se por uma estrutura urbana remanescente do período colonial, com intervenções limitadas a melhoramentos viários pontuais. Diferentemente das grandes capitais brasileiras que passavam por uma industrialização e crescimento urbano na década de 1950, Florianópolis exibia uma economia estagnada, sustentada pelo setor terciário (Peres e Pimenta, 2016).

Este cenário de atraso econômico gerou a insatisfação de grupos influentes na cidade, levando à contratação de um escritório de urbanistas gaúchos para a elaboração do primeiro Plano Diretor, em 1952, mas aprovado em 1955.

Influenciados pelo ideal utópico modernista e pela ideologia nacional-desenvolvimentista (Sugai, 1997), os autores do plano diagnosticaram o ritmo lento de vida e a escassa infraestrutura urbana como consequências da ausência de indústrias modernas e, crucialmente, da ocupação territorial dispersa e pouco densificada, um fator desfavorável à produtividade (Paiva, Ribeiro e Graeff, 1952).

Assim, a proposta central do plano de 1952 era impulsionar o desenvolvimento econômico através da inserção da cidade no cenário nacional, o que envolvia a densificação da ocupação urbana na ilha. Desde o primeiro



ARTIGO

Plano Diretor, a verticalização foi concebida como uma estratégia indispensável à modernização e ao ordenamento espacial de Florianópolis, otimizando o uso do solo e da infraestrutura.

Em Florianópolis, a proposta de verticalização visava transformar a paisagem predominantemente horizontal, determinando o adensamento na Ilha e Continente, especialmente na Avenida Beira-Mar Norte e na área comercial do centro histórico. No centro, a meta era estabelecer edifícios de, no mínimo, quatro e, no máximo, dez pavimentos, de modo que a lógica por trás do adensamento seria concentrar a população mais abastada e a de baixa renda em regiões determinadas com infraestruturas equivalentes de maneira mais eficiente, esta que, no início dos anos 50, era considerada precária.

Contudo, os planejamentos posteriores nos mostram que, apesar dos índices de verticalização propostos, eles foram insuficientes frente ao crescimento exponencial do mercado imobiliário e valorização extrema de áreas como a Beira-Mar Norte. A partir de 1965, a legislação começou a ser alterada sob pressão do capital imobiliário, desfigurando as propostas originais de zoneamento.

O Plano Diretor de 1952 foi, de fato, determinante para a organização espacial da capital, tendo vinte e um anos de vigência e suas ideias centrais absorvidas e resgatadas em planos posteriores. O país entrava em um período de desenvolvimentismo com investimentos na industrialização como fator de desenvolvimento econômico, e Florianópolis despontava com seu potencial turístico como diferencial, norteando as posteriores valorizações de áreas residenciais com afastamento de serviços indesejados pelos moradores, e as de polo industrial com foco na verticalização (Peres e Pimenta, 2016).

Os instrumentos normativos mais recentes continuaram a consolidar o uso do solo, culminando na Lei Complementar nº 739 de 2023, a qual é criticada por incentivar ainda mais o adensamento e a verticalização, especialmente por meio de mecanismos como as Áreas de Desenvolvimento Incentivado (ADI).

A questão envolve ainda a falta de clareza na divulgação de informações em linguagem acessível para o público leigo, com regras difíceis de fiscalizar e líderes que não falam o vocabulário da população leiga.

Em 2023, com a Lei do Plano Diretor, nº 739 de 2023, houve o sancionamento da proposta de revisão do Plano anterior, de 2014, definindo novas diretrizes de uso e ocupação do solo, instrumentos urbanísticos e de gestão, regras de zoneamento que, segundo críticos, estimulavam o adensamento urbano. A lei introduz mecanismos como as Áreas de Desenvolvimento Incentivado e novos incentivos urbanísticos que flexibilizam a construção de edifícios mais altos, gerando protestos devido a preocupações com impactos ambientais e em decorrência da atual infraestrutura que mal dá conta da população já existente na cidade.

A proposta de revisão foi publicada em 2018, passando por quatorze audiências que visavam adaptações no projeto. Com dezenove votos a favor e quatro votos contra, o Plano Diretor foi aprovado em meio a protestos de movimentos populares em frente à Câmara Municipal da cidade, solicitando que houvesse maior diálogo com a sociedade civil.

Comunidades, tais como o FPDPS, realizaram reuniões para mobilizar a população para as audiências, fazendo o papel dos gestores públicos de explicar como funciona o Plano, as principais diferenças das propostas feitas pelas comunidades em relação a elaborada e aprovada pela Prefeitura Municipal, compartilhando o saber coletivo acumulado.

A revisão do Plano Diretor de Florianópolis foi marcada por ações populares para garantir que o processo de participação fosse respeitado, com audiências públicas e consultas *on-line* dificultadas, ausência de minuta de lei complementar e insuficiência de estudos técnicos e mapas de zoneamento que impediam a preservação adequada das Áreas de Preservação Permanente. Além de críticas de instituições como o Ibama, pareceres técnicos contrários do Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis-IPUF, da Fundação do Meio Ambiente de Florianópolis-FLORAM e do ICMBio pedindo maiores aprofundamentos de estudos.

Os desafios jurídicos e pressões políticas de segmentos econômicos locais demonstraram a insatisfação da população com um instrumento normativo que regula o espaço público, mas não escuta o seu próprio público.

O Plano Diretor de Florianópolis ficou conhecido pela população como um retrocesso ambiental e um golpe do setor imobiliário, prevendo um aumento de mais 500 mil pessoas na capital e objetivando aumentar o número de andares de prédios, em alguns casos modificando de dois para vinte e oito andares.

A controvérsia em torno da Verticalização manifesta-se de forma latente em áreas de preservação cultural e ambiental, como o Distrito do Pântano do Sul. Esta região, que possui um longo histórico de ocupação, incluindo sítios arqueológicos de 4.500 anos, e mantém as características de uma das últimas colônias de pescadores na ilha, está sob intensa pressão da especulação imobiliária.

A proposta de 2023 de autorizar a construção de edifícios de até sete ou oito andares em bairros do Sul gerou mobilização popular. O adensamento sem a devida provisão de estrutura de saneamento básica, rede viária



e serviços públicos suficientes compromete a qualidade de vida, causa degradação do ecossistema e perda dos traços históricos e culturais das comunidades.

O foco desses empreendimentos, majoritariamente vezes voltados para locação de temporada e investimentos sazonais, não atende à demanda da moradia permanente que luta pelo mínimo existencial em uma cidade, alterando a dinâmica sociocultural local e aumentando ainda mais a segregação socioespacial por renda.

Neste contexto, o Fórum Popular do Distrito do Pântano do Sul surge como uma instância fundamental de organização comunitária e participação cidadã. Atuando na defesa do território, o Fórum visa combater o modelo de Verticalização que privilegia o capital privado em detrimento do benefício coletivo, ignorando necessidades básicas como o tratamento de esgoto, acesso a água limpa e a conservação de ecossistema frágil.

A atuação do Fórum, buscando um debate organizado e a conscientização comunitária sobre os impactos sociotécnicos das decisões do Plano Diretor, pode ser vista como um esforço por exercer a democracia técnica.

Este espaço, que se configura no desenrolar de suas ações de mobilização enquanto um Fórum Híbrido, demonstra a capacidade da comunidade de leigos e especialistas em coconstruir a comunidade de maneira que haja um desenvolvimento urbano que respeite as características históricas e culturais do Sul da ilha, em contraste com a imposição de edifícios padronizados pela lógica do mercado à cidade, desconsiderando seus contornos naturais e a própria dinâmica cultural (Peres e Pimenta, 2016).

O processo de “leiloamento” da cidade sempre esteve presente nos debates desde o primeiro Plano Diretor proposto. Portanto, ao falarmos no exercício dialógico entre diferentes segmentos em uma democracia técnica, torna-se necessário analisar a atuação do Fórum do Distrito do Pântano do Sul na construção do espaço público frente à controvérsia da Verticalização da atual norma que estabelece como o corpo social opera, marcada por disputas sociopolíticas no espaço urbano.

4.1. O Fórum Popular do Distrito do Pântano do Sul enquanto Fórum Híbrido

Embora a Verticalização não tenha sido tema específico de uma reunião ou dos tradicionais “aulões” do FPDPS, ele se encontra presente na própria missão instituidora do Fórum Popular e no decorrer de seus diversos encontros, ao longo dos últimos anos o aumento das ações populares realizadas pela associação de atores acerca da temática é exponencial.

Seja sobre o debate acerca da Lagoa do Peri, que abastece grande parte do sul da Ilha, e a capacidade de suporte desse ator não-humano diante do crescimento generalizado da região, se discute a Verticalização. Ou ainda, na realização de denúncias de obras irregulares adotando medidas de verificação e informe de autoridades competentes, o tema da Verticalização retorna, estimulado pelo Plano Diretor que demarca a vida dessa comunidade.

Nos encontros do FPDPS é possível ver uma troca de percepções sobre diferentes problemáticas, entre elas tem-se a Verticalização. Os integrantes do Fórum são plurais, com diferentes formações acadêmicas, culturais e sociais. A discussão entre os presentes, com o intuito de buscar soluções, é o foco das pautas apresentadas. Sendo assim, percebe-se um debate democrático em conjunto com a comunidade, característica analisada como presente em Fóruns Híbridos por Callon, Lascoumes e Barthe (2009).

Baseado no sistema de análise do Fórum Híbrido de Vaquero e Birochi (2025), foi estruturado quadros de verificação do nível de presença dos critérios pertencentes aos fóruns híbridos, apresentados no referenciado FPDPS:

Quadro 1 - Nível de diálogo dentro do FPDPS

Conjunto de análise	Critério	Nível	Parecer
Nível de diálogo ocorrido dentro do FPDPS	Intensidade: Envolvimento de leigos e especialistas no debate sobre a verticalização.	Alto	As reuniões do FPDPS possuem uma diversidade de atores envolvidos nos debates. Em reuniões ordinárias todos possuem a mesma abertura para expressarem suas opiniões e considerações. Em aulões com especialistas, estes falam sobre os possíveis problemas do desenvolvimento sem infraestrutura na região, os leigos trazem suas considerações, ponderações e perguntas sobre o tema que é apresentado.
	Abertura: Incentivo a diversidade, expressão e negociação.	Média	Nas reuniões não é possível identificar uma divisão clara de grupos nem a existência de portas vozes, todos possuem a mesma abertura para expressarem seus



ARTIGO

			pontos de vista e negociarem. Os atores presentes nas reuniões do fórum são diversificados, contando com presença de atores políticos ou seus comissionados, especialistas em diferentes assuntos, moradores e engajados na causa debatida. Entretanto, não foi possível identificar empreendedores ou comerciantes, portanto, não sabemos se há atuação do segundo setor nas reuniões do Fórum.
	Qualidade: Qualidade das discussões, inserção de argumentos precisos, objeções com relevância e intervenções.	Alto	É possível identificar procedimentos pré-estabelecidos no grupo. Normalmente, possui ao menos uma pessoa que guia as reuniões, direcionando para os temas que serão tratados e coordenando a “fila” nos momentos de fala. As reuniões ordinárias possuem uma identificação clara de etapas. No primeiro momento é aberto uma sessão para informes, onde são apresentadas notícias e informações relevantes para serem apresentadas à comunidade, ocorrendo de forma aberta, todos presentes podem trazer informes. No segundo momento, são apresentadas as pautas daquela reunião, ou seja, os temas que serão tratados na reunião são separados em blocos. Conforme abordadas as pautas, são apresentadas e discutidas possíveis ações e tarefas e, conseqüentemente, definem-se os encaminhamentos daquela pauta.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2025.

Quadro 2 - Nível de procedimentos que garantam a implementação das ações debatidas e construídas dentro do FPDPS

Conjunto de análise	Critério	Nível	Parecer
Nível de procedimentos que garantam implementação	Recursos e Treinamento: Recursos que garantam igualdade de condições de acesso ao debate.	Alto	Os diferentes atores que se manifestam são ouvidos e podem influenciar no debate. As ações tiradas desse debate são escritas na ata da reunião. Quando possui debate acirrado acerca do que deve ser feito, ocorre votação para delimitar sobre como será feito ou ainda se devem, de fato, realizar determinada ação ou atividade. Além disso, é feito uma convocação sobre quem se interessa em ficar responsável por dar andamento ao dever estabelecido e, dependendo da urgência, é definido conjuntamente uma data limite da atividade ou ação.
	Transparência: Possibilidade de acompanhamento e mapeamento das contribuições e posições tomadas.	Alto	No grupo de <i>WhatsApp</i> aberto a comunidade do Fórum, com 170 membros, normalmente são divulgadas as pautas da reunião. Quanto à ata, fica de fácil acesso aos frequentadores ativos do Fórum, este sendo em grupo de <i>WhatsApp</i> à parte ou em <i>link</i> de documento compartilhado da ata. Contudo, em situações atípicas, já foi divulgado no próprio grupo geral.



ARTIGO

	Clareza: Publicidade das regras de debate, procedimentos e ações previamente informados aos participantes.	Médio	Os integrantes possuem uma organização nos debates, seguindo uma ordem de fala e escuta com disposição e respeito. Nota-se uma clareza nas informações passadas, sempre respondendo caso surjam dúvidas. A organização da reunião normalmente é direcionada pelos integrantes ativos, portanto, existe uma produção conjunta da organização das reuniões.
--	--	-------	---

Fonte: Elaborado pelos autores, 2025.

Ao analisarmos os quadros acima, a partir dos critérios de Vaquero e Birochi (2025), observa-se que o Fórum Popular do Distrito do Pântano do Sul apresenta características consistentes de um Fórum Híbrido. No que compete a questão do diálogo, o FPDPS apresenta um alto nível de intensidade e qualidade, pois, apesar dos temas tratados serem por vezes complexos, existe um esforço coletivo para que todos compreendam de modo que seja criado uma discussão com a devida interação e qualidade acerca do tema tratado nos encontros.

Quanto ao nível de abertura, considera-se médio. Embora haja diversidade de participantes, especialmente atores econômicos locais, nem todos os grupos afetados pela temática estão presentes de forma clara e permanente. Ainda assim, não é considerada baixa, já que as reuniões são abertas e de livre acesso aos interessados, identificando que tal deficiência em relação à diversidade se dá por conta da ausência de determinados atores cruciais que, por vezes, a presença não se dá de modo ativo.

Ainda neste tópico de análise, faz-se pertinente levantar a questão de um dos sócios da Atalantaya, construtora que atua no Sul da Ilha, o qual se mostrou presente no debate, foi ouvido, porém posteriormente “vaiado” em respostas que não foram bem recebidas ou desagradavam aos moradores presentes. Demonstrando a presença de dissensos entre a coletividade do Fórum.

Quando falamos em arenas públicas, Cefai (2009) nos lembra de estarmos no direito de imaginar um espaço acessível a todos, sem restrição, e não apropriável. Afinal, enxerga a ação coletiva também a partir da lente da experiência, como uma troca interativa, em que nosso acesso à verdade passa por interações com os outros e com as coisas, em processos de cooperação e comunicação, que por vezes transformam-se em deliberações, cabendo ao pesquisador recapturar a ação coletiva que ocorre no antro da associação com base nos contextos de sentido dos atores.

Partindo para o segundo quadro, referente ao nível dos procedimentos que garantem a implementação do que foi debatido, formulado e efetivamente concretizado em agendas governamentais, percebe-se que há uma gama de instrumentos que aproximam a implementação e organização de um Fórum Híbrido. Através de atas das reuniões compartilhadas, votações transparentes e abertas responsáveis por decidir temas de divergência frente à controvérsia-alvo e divisão de responsabilidades acordada entre os participantes, estas são algumas questões que viabilizam de modo formal o exercício da democracia técnica e ampla.

Entretanto, ao fazermos um recorte acerca da transparência, o seu nível consta como alto. Apesar das informações não serem de fácil acesso para quem não é integrante atual do FPDPS, devido à limitação de recursos que possibilitem maior divulgação para não-integrantes, a publicização dos atos e decisões para o público interno é efetivada. Essa classificação se dá por conta da abertura de solicitar atas ou demais informações e documentações, seja por mensagem no grupo geral ou pessoalmente, além da transmissão em tempo real da ata em construção durante as reuniões.

Já em relação ao nível de clareza, este consta como médio, possuindo um *script* do modo de funcionamento dos encontros e tomadas de decisões. Entretanto, tais procedimentos não têm ampla divulgação para o público de fora, nem são estabelecidos em lugares específicos tais como nas próprias mídias sociais e meios de comunicação do Fórum de forma fixada. Esse “*modus operandi*” foi internalizado entre os membros desde a época de sua criação e é assim repassado, de forma informal, justificando o critério como de nível médio.

De modo geral, o FPDPS é um espaço de coprodução de conhecimento e problematização sociotécnica, através de uma troca de saberes diversos busca enfrentar questões urbanas complexas. Por isso, pode ser compreendido enquanto um Fórum Híbrido em consolidação, à luz das ideias de Latour e seus posteriores, com alto potencial deliberativo, mas ainda sim com desafios relacionados à ampliação da diversidade e formalização e publicização de suas regras.



5. Conclusões

O presente trabalho permitiu observar a controvérsia da Verticalização no Plano Diretor de Florianópolis e as formas pelas quais a sociedade civil, mais especificamente o Fórum Popular do Distrito do Pântano do Sul, busca efetivar sua participação, historicamente silenciada no decorrer do processo. Nesse cenário, destaca-se a atuação do FPDPS como um Fórum Híbrido no contexto de aplicação de uma democracia dialógica e ativamente participativa, através da sua articulação de saberes especializados e conhecimentos produzidos e compartilhados pela comunidade na discussão de decisões urbanísticas, visando desenvolver soluções conjuntas.

Por meio da atuação da pesquisadora inserida no antro da organização popular, tornou-se viável acompanhar os elementos humanos e não-humanos presentes na disputa atual da Verticalização que perpassa o dia a dia da cidade, as atenções e principais investimentos dos gestores públicos além dos consequentes efeitos no patrimônio histórico e ambiental e na qualidade de vida do cidadão florianopolitano. De modo que pôde ser exequível presenciar e descrever os enredos formados em torno da temática trabalhada.

Este estudo permitiu uma compreensão aprofundada de questões que afetam a vida urbana dos florianopolitanos e a atuação de organizações sociais enquanto uma das vertentes da democrática técnica. Para uma análise ainda mais circunstanciada a respeito do decurso relacional que se dá em meio à dinâmica processual desenvolvida pelo FPDPS, se faz pertinente a aplicação futura de questionário com os tópicos analisados no decorrer da pesquisa direcionado aos diferentes integrantes da organização.

Assim, através do desenvolvimento futuro dessa metodologia de captação de pontos de vista de modo individualizado, mas ainda sim plural, torna-se possível uma ampliação da base empírica trabalhada, aprofundando a compreensão sobre quais as percepções de todos os membros em relação a como se dá a participação e as dinâmicas relacionais enquanto rede viva de atores heterogêneos em volta da temática controversa discutida. Resultando, desse modo, em um trabalho mais preciso quanto a proximidade da organização à estrutura de um Fórum Híbrido idealizado pela “TAR e Depois”, viabilizando a performance coletiva através de arenas abertas de diálogo que estruturam suas ações frente aos problemas públicos da comunidade.

Em relação à própria temática da Verticalização, está também merecendo atenção à parte por se tratar de tema de grande complexidade. O Plano Diretor Municipal necessita de uma análise completa e contínua, que esclareça com mais robustez as diferentes nuances que influenciam na decisão política acerca desse fenômeno urbano de estímulo ao crescimento desproporcional, este que o povo tanto se opõe, mas ainda sim avança. Constata-se, portanto, a necessidade de acompanhamento da discussão, ampliando a abordagem e voltando-se aos outros instrumentos urbanísticos não-humanos que o integram o PD, indo além das áreas de ADI, trazendo também a perspectiva dos demais atores que se relacionam às decisões e que, por limitações temporais, não pôde ser possível incluí-los.

Contudo, mesmo diante das mazelas evidenciadas, a investigação realizada possibilita ainda outra compreensão do FPDPS, a qual incorpora o desafio de um olhar epistemológico que compreende o fenômeno de modo vivo, latente, aberto e complexo. Não o reduz em explicações pré-concebidas, mas identifica e se propõe a compreender seus componentes sociais, políticos, históricos, recursais e materiais que compõem a controvérsia urbana. A partir da Teoria Ator-Rede, viabiliza-se a captação de um entendimento mais rico da relevância de seus atores e de seus respectivos produtos no modo como as ações públicas se dão na perspectiva atual, e como irão se desenrolar no amanhã.

Referências

- Alcadipani, R., & Tureta, C. (2009). Teoria ator-rede e estudos críticos em administração: possibilidades de um diálogo. *Cadernos EBAPE. br*, 7, 405-418.
- Barthe, Y., Rémy, C., Trom, D., Linhardt, D., Blic, D. D., Heurtin, J. P., ... & Lemieux, C. (2016). Sociologia pragmática: guia do usuário. *Sociologias*, 18(41), 84-129.
- Callon, M. (1986). The sociology of an actor-network: The case of the electric vehicle. In *Mapping the dynamics of science and technology: Sociology of science in the real world* (pp. 19-34). London: Palgrave Macmillan UK.
- Callon, M., Lascoumes, P., & Barthe, Y. (2011). *Acting in an uncertain world: An essay on technical democracy*. MIT press.
- Callon, M., Lascoumes, P., & Barthe, Y. (2001, December). *Agir dans un monde incertain: essai sur la démocratie technique*.
- Cantu, R. (2017). Cyril Lemieux. Para que serve a análise de controvérsias?. *Teoria e Cultura*, 11(3).
- Cefai, D. (2009). Como nos mobilizamos? A contribuição de uma abordagem pragmática para a sociologia da ação coletiva. *Dilemas-Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, 2(4), 11-48.



ARTIGO

- Chateauraynaud, F. (2017). Questões ambientais entre controvérsias e conflitos: ecologia política e sociologia pragmática na França. *Ciências em Debate*, 2, 14-40.
- Corrêa, D. S. (2014). Do problema do social ao social como problema: elementos para uma leitura da sociologia pragmática francesa.
- d'Andréa, C. F. D. B. (2018). Cartografando controvérsias com as plataformas digitais: apontamentos teórico-metodológicos. *Galáxia (São Paulo)*, 28-39.
- DE ALMEIDA NOBRE, Júlio Cesar et al. Reflexões sobre possibilidades metodológicas da Teoria Ator-Rede. *Cadernos UniFOA*, v. 5, n. 14, p. 47-56, 2010.
- de Almeida Nobre, J. C., & Pedro, R. M. L. R. (2010). Reflexões sobre possibilidades metodológicas da Teoria Ator-Rede. *Cadernos UniFOA*, 5(14), 47-56.
- FLORIANÓPOLIS. Prefeitura Municipal de Florianópolis, Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis. **Lista das localidades que pertencem a cada distrito**. 2018. Disponível em: https://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/18_10_2018_14.08.43.53ea94ec5d4105a45e5483053cca02fb.pdf. Acesso em: 19 de nov. 2025.
- GELEILETE, Olívia. **Ato contra prédio de 7 andares na praia da Armação paralisa SC-406**. *Notícia*. Florianópolis: O Fátual (UFSC), 16 jun. 2025. Disponível em: <https://jornalofatual.ufsc.br/index.php/2025/06/16/ato-contr-predio-de-7-andares-na-praia-da-armacao-paralisa-sc-406/>. Acesso em: 20 nov. 2025.
- Gonzales, Z. K., & Baum, C. (2013). Desdobrando a Teoria Ator-Rede: reagregando o social no trabalho de Bruno Latour. *Revista Polis e Psique*, 3(1), 142-142.
- Latour, B. (2013). MOOC scientific humanities. <http://www.brunolatour.fr/sites/default/files/downloads/Scientific%20Humanities%20MOOC.pdf>. Acesso em, 20(04), 2022.
- Latour, B. (2012). *Reagregando o social: uma introdução à teoria do ator-rede*. Edufba.
- LATOUR, B., & HERMANDT, É. (2010). Redes que a razão desconhece: Laboratórios, Bibliotecas, Coleções in *Tramas na Rede-Novas dimensões filosóficas, estéticas e políticas da comunicação*. Porto Alegre: Sulina.
- Latour, B. (1999). On recalling ANT. *The sociological review*, 47(1_suppl), 15-25.
- Law, J. (1999). After ANT: complexity, naming and topology. *The sociological review*, 47(S1), 1-14.
- Law, J. (1992). Notes on the theory of the actor-network: Ordering, strategy, and heterogeneity. *Systems practice*, 5(4), 379-393.
- Lemieux, C. (2007). À quoi sert l'analyse des controverses?. *Mil neuf cent. Revue d'histoire intellectuelle*, 25(1), 191-212.
- Magalhães, T., Andion, C., & Alperstedt, G. D. (2020). Laboratórios vivos de inovação social e ação pública: um enfoque analítico e um caminho metodológico baseados no pragmatismo. *Cadernos EBAPE. BR*, 18(spe), 680-696.
- Malvezzi, C. D., & Nascimento, J. L. D. (2020). A Teoria Ator-Rede e o estudo da intersectorialidade nas políticas públicas. *Interface-Comunicação, Saúde, Educação*, 24, e190341.
- PERES, Arlis Buhl; PIMENTA, Margareth de Castro Afeche. A verticalização nos Planos Diretores de Florianópolis: um olhar sobre o Bairro Agrônômica. In: VIII Seminario Internacional de Investigación en Urbanismo, Barcelona-Balneário Camboriú, Junio 2016. Departament d'Urbanisme i Ordenació del Territori. Universitat Politècnica de Catalunya, 2016.
- PERES, Arlis Buhl. Paisagem à venda – Instrumentos do Estatuto da Cidade a serviço do setor privado. In: PERES, Lino Fernando Bragança (Org.). *Confrontos na cidade: luta pelo plano diretor nos 20 anos do Estatuto da Cidade*. Florianópolis: UFSC; Instituto Cidade e Território – IT Cidades, 2022. p. 131–166.
- Pimenta, L., & Pimenta, M. (1999). Florianópolis precisa de um plano diretor. *O Futuro da Cidade*, 27-48.
- Tonelli, D. F. (2016). Origens e afiliações epistemológicas da Teoria Ator-Rede: implicações para a análise organizacional. *Cadernos Ebape. Br*, 14(2), 377-390.
- Vaquero, T. C. F., & Birochi, R. (2025). Gestão de controvérsias e governança territorial: o papel dos fóruns híbridos numa unidade de conservação socioambiental. *Cadernos EBAPE. BR*, 23, e2023-0215.
- Venturini, T., Ricci, D., Mauri, M., Kimbell, L., & Meunier, A. (2015). Designing controversies and their publics. *Design Issues*, 31(3), 74-87.
- Venturini, T. (2010). Diving in magma: how to explore controversies with actor-network theory. *Public understanding of science*, 19(3), 258-273.
- Venturini, T. (2012). Building on faults: How to represent controversies with digital methods. *Public understanding of science*, 21(7), 796-812.